

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

--- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM.** ----

--- Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, na Sala da Assembleia, na antiga Escola Prática de Cavalaria, na cidade de Santarém, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

--- **Um**–APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**–APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM – EXERCÍCIO DE DOIS MIL E QUINZE.-----

--- **Três**– APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----

--- **Quatro**–APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM. -----

--- **Cinco**–APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADITAMENTO AO ACORDO DE EXECUÇÃO E CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTARÉM (MARVILA), SANTA IRIA DA RIBEIRA DE SANTARÉM, SANTARÉM (SÃO SALVADOR) E SANTARÉM (SÃO NICOLAU).-----

--- **Seis**–APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADITAMENTO AOS ACORDOS DE EXECUÇÃO E CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E AS FREGUESIAS DO CONCELHO (EXCETO UF CIDADE). -----

--- **Sete**–APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE HASTA PÚBLICA PARA CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE BEM DO DOMÍNIO PÚBLICO – CAFETARIA DOIS E ESPLANADA ADJACENTE SITAS NO JARDIM DA LIBERDADE. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

--- **Oito**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE HASTA PÚBLICA PARA CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE BEM DO DOMÍNIO PÚBLICO – RESTAURANTE E ESPLANADA ADJACENTE SITOS NO JARDIM DA LIBERDADE. -----

--- **Nove**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – CNEMA – CENTRO NACIONAL DE EXPOSIÇÕES E MERCADOS AGRÍCOLAS, SA.-----

--- **Dez**—NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO CONSULTIVA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----

--- **Onze**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia (Presidente), Manuel Joaquim Vieira (Primeiro Secretário), Ana Teresa Pereira Pires Martins da Mota Antunes (Segunda Secretária), Abílio Manuel Mota Ribeiro, Armando António Leal Rosa, Beatriz Santos Martins, Cássio José Gonçalves Martins Leitão, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Dina Maria Gomes Rocha, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto, José Luís Marques Cabrita, Manuel José Lopes Pedroso, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Maria Assunção Céu Vieira, Maria Helena Claro Victor Vinagre, Paulo Tiago Rodrigues dos Santos, Ramiro José Jerónimo Matos, Renato António Vieira Calado Possante Bento, Sandra Isabel de Sousa Barreiro Dinis, Sandra Maria Cordeiro Alexandre Tovar Faro e Vítor Manuel de Carvalho Franco. -----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- Carlos Manuel Madeira dos Santos (Abitureiras), Rui Manuel Lopes Ferreira (Abrã), Cristina Maria Bento Neves (Alcanede), Pedro Guilherme Madeira Mena Esteves

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

(Alcanhões), João de Oliveira Neves (Almoster), José Augusto Alves dos Santos (Amiais de Baixo), Sérgio Rodrigues Baptista da Silva Talhão (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças), Joaquim Duarte Aniceto (Gançaria) Marcelo Ferreira Morgado (Moçarria), Luís Emílio Rodrigues Duarte (Pernes), Vanessa Filipa Azinheira Cláudio Duarte (Póvoa da Isenta), Manuel João Heitor Custódio (Vale de Santarém), António João Ferreira Henriques (União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém), Maria Emília Serrão Massena Santos (em representação do Presidente da União de Freguesias de Azoia de Cima e Tremês), Artur Manuel Glórias Ferreira Colaço (União de Freguesias de Romeira e Várzea), Paulo Jorge Carlos Dias Picoto (em representação do Presidente da União das Freguesias de Marvila, Santa Iria da Ribeira de Santarém, São Salvador e São Nicolau), e Ricardo Luís da Costa (União de Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de Figueira). -----

--- Pediram a substituição nos termos da Lei e do Regimento: -----

--- Carlos Augusto Pinhão Coutinho, Horácio Neto Frade da Silva, Manuel João Maia Frazão e Raquel Inês Marques Fernandes. -----

--- Faltas Justificadas: -----

--- Gonçalo José Zarco Martinho do Rosário, João Piedade Joanaz, Luís Manuel da Graça Batista, Tiago Alexandre Freitas Mendes Preguiça e Carlos do Carmo da Cruz Trigo (Presidente da União de Freguesias de Casével e Vaqueiros).-----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, António José da Piedade Carmo, Susana Cristina Coelho Pita Soares, Ricardo Jorge Figueiredo Segurado, Luís Manuel Sousa Farinha, Celso Ricardo Pimenta Brás, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes e Maria Inês Leiria Barroso Ferreira Lopes. -----

--- Ausências:-----

--- Paula Alexandra Machado de Sousa Canavarro. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, dando início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

submeteu a discussão e votação a Ata número doze/dois mil e treze–dois mil e dezassete, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e nove votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. -----

--- De seguida submeteu a discussão e votação a Ata número dezasseis/dois mil e treze–dois mil e dezassete, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, zero votos contra e três abstenções.-----

--- Prosseguiu-se o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo usado da palavra o senhor **Cássio Leitão** que recordou que já foi abordada várias vezes na Assembleia a questão da paragem dos autocarros de turismo ao pé do W Shopping por não ser o sítio mais conveniente continuando a mesma por resolver. -----

--- Chamou a atenção para o estado das pinturas de algumas faixas de rodagem, nomeadamente as linhas delimitadoras e as passadeiras, questionando se haverá alguma previsão de intervenção nesse sentido. -----

--- Referiu-se uma vez mais ao regulamento municipal de estacionamento tarifado, que ficaria pronto em dezembro, perguntando se será no próximo dezembro, e o que faltou para justificar a demora.-----

--- Salientou a quantidade de carros mal-estacionados em algumas zonas da cidade onde não se consegue descortinar qualquer agente de autoridade a multar alguém, exceto onde há estacionamento tarifado. Disse não ser uma questão apenas do policiamento do estacionamento, reconhecendo que em alguns casos seria muito injusto multar porque a verdade é que a maior parte dos sinais não se justificam e também não há outras opções, argumentando que o que o choca é a Polícia de Segurança Pública não ter meios para uma coisa e ter meios para outra. Onde há parquímetro tem meios, voltando-se sempre a esta questão. -----

--- Recordou ter colocado a questão da reserva de estacionamento no Largo do Choupal para os autocarros de turismo, onde estão sempre carreiras urbanas, afirmando que a situação permanece exatamente na mesma e interrogou se, não havendo necessidade de lá estarem efetivamente autocarros de turismo, como se justifica, naquele parque, aquele privilégio à rodoviária que até tem espaço para os autocarros mas o utiliza para fins

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

- privados.-----
- Uma outra questão recorrente é a da vegetação, recordando que da última vez que a colocou o senhor Presidente da Câmara justificou com a necessidade de formação dos técnicos por causa dos produtos que seriam então utilizados. Entretanto como decorreu já imenso tempo algumas zonas estão uma autêntica vergonha, situação tem sido também esplanada nas redes sociais. Perguntou que estratégias e objetivos é que foram fixados de modo a resolver o problema da vegetação? -----
- A seguir, o senhor **Armando Rosa** congratulou-se que, depois de um ano de ter feito um reparo em sessão da Assembleia, com a colocação da sinalética na cidade. Pensa que é importante esta medida ter sido implementada antes do período de visitas e do verão, altura em que se tem mais visitantes.-----
- Chamou a atenção para a falta de uma informação que foi solicitada em dez fevereiro, através de um requerimento com o qual se pretendia obter todos os elementos informativos sobre a Escola Prática de Cavalaria. Especificou que deseja cópia de todos os contratos ou protocolos firmados com terceiros que se refiram à ocupação dos espaços físicos da ex-Escola Prática de Cavalaria, a planta atualizada de toda a área com a sinalização do espaço já contratualizado e o ocupado por serviços da Câmara Municipal de Santarém incluindo as respetivas áreas, pedidos existentes na altura para ocupação de outros espaços, plano ordenador estratégico do conjunto da ex-Escola Prática de Cavalaria (caso exista) e memória descritiva resumindo as intenções estratégicas para ocupação do restante espaço coberto e descoberto de toda a área.-----
- Recordou que em sessão da Assembleia Municipal de setembro de dois mil e quinze foi aprovada uma recomendação ao executivo sobre a viabilização e criação de um parque de apoio às autocaravanas. A este propósito perguntou se já há algum trabalho feito nesse sentido ou se há pelo menos a intenção de colocar esta despesa no plano e no orçamento para dois mil e dezassete. -----
- Questionou ainda em que circunstâncias se encontra um melhoramento que foi aprovado em Assembleia Municipal do coreto do Jardim da República. -----
- Seguidamente, o senhor **Vítor Franco** solicitou informação atualizada da sobre a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

criação do mediador cigano, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de vinte e nove de dezembro de dois mil e catorze. -----

--- Recordou que em vinte e seis de setembro de dois mil e catorze foi também aprovada na Assembleia Municipal, por proposta do Bloco de Esquerda, uma recomendação à Câmara Municipal para que tome medidas para o melhoramento da segurança na Calçada do Monte e até agora não tem conhecimento de nenhuma intervenção ou plano para o efeito. -----

--- Lamentou o facto da candidatura de Santarém ter saído da lista de património mundial. A este propósito referiu a aprovação de uma resolução na Assembleia da República, em oito de abril, para a classificação e valorização de lojas históricas, onde é criado um programa de apoio às lojas históricas em articulação com as autarquias locais. Questionou se a Câmara já foi contactada sobre este assunto e disse que pensa que é uma oportunidade que não se deve perder para que se possa melhorar um pouco a cidade, o comércio local e a identidade cultural e histórica. -----

--- Referiu que em dezasseis de março foi aprovada, também na Assembleia da República, a reintrodução da fiscalização da qualidade do ar com a correspondente pesquisa da presença de colónias de *legionella* no interior dos edifícios. Perguntou se essa fiscalização se está a fazer nos edifícios da Câmara Municipal.-----

--- Informou a Assembleia que, por proposta do Partido Social Democrata, vai ser criado no Cartaxo o Provedor do Município e recordou que em tempos o Bloco de Esquerda chegou a trazer idêntica proposta à Assembleia Municipal de Santarém que acabou por ser retirada face a dúvidas quanto ao regulamento. Disse estar confiante que o Partido Social Democrata se entusiasme com a sua proposta do Cartaxo e a proponha também em Santarém.-----

--- A seguir a senhora **Maria Alecta Ferreira** felicitou o Executivo Municipal, em particular a Vereadora Susana Pita Soares, pela relevância e dimensão inovadora do projeto *Verão In Santarém*. Afirmou que, uma vez mais, está convicta de que o caminho da tão desejada dinamização cultural do concelho é uma realidade cada dia mais consistente, partilhada e irreversível.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

--- Realçou que de facto da iniciativa Verão In Santarém oferecer uma variada programação com centenas de eventos para adultos e crianças em quatro palcos situados no centro histórico da cidade de Santarém, salientando que esta iniciativa, à semelhança do ano passado, envolve a colaboração de mais de meia centena de agentes culturais e de vários patrocinadores. -----

--- Acredita que a experiência sedimentada no ano anterior permite pensar que se está num caminho cada vez mais seguro, aberto e abrangente, desejando o maior sucesso a esta iniciativa, que considera bem merecido pela qualidade e dimensão que apresenta, estando convicta que dela todos beneficiarão. -----

--- Depois, a senhora **Sandra Barreiro** congratulou o executivo pelo processo que está a decorrer tendente à realização de obras na escola EB um perguntando para quando se prevê o início das obras na escola do Ensino Básico número um e Jardim de Infância do Vale de Santarém. -----

--- De seguida, o senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, questionou qual o ponto da situação da ampliação da escola de Almoester, e, especificamente quando é que a obra terá início. -----

--- Referindo-se à Estrada Municipal quinhentos e catorze afirmou que o estado da mesma está pior do que da última vez que interveio e a mencionou, continuando a degradar-se. Acrescentou que a Estrada Municipal quinhentos e dezassete está também a deteriorar-se bastante aproximando-se o seu estado do da estrada acima referida. -----

--- Recordou que existem alguns lugares na freguesia de Almoester que estão sem recolha do lixo há mais de uma semana, situação que acredita que é já do conhecimento do senhor Presidente da Câmara. -----

--- No que diz respeito ao saneamento básico lembrou que na última assembleia teve o privilégio de dar os parabéns às Águas de Santarém porque finalmente as pessoas tinham começado a ser notificadas para fazerem as suas ligações. Alertou para um conjunto alargado de problemas que têm surgido, referindo haver problemas com as estações de elevação. Recordou que, na altura, alertou que apesar das ligações havia situações a corrigir. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

--- Salientou que existem estradas que continuam com a vala aberta, por ordem das Águas de Santarém, situações que urge corrigir porque foram feitos danos na freguesia por força das obras e aumentam riscos. -----

--- Reconhecendo o interesse que a Câmara tem demonstrado, apelou, em nome da freguesia de Almoester, no sentido de que a Autarquia faça sentir junto da Guarda Nacional Republicana que se está a sentir muita falta de segurança e existem fundamentos reais para a insegurança sentida. Para além de outros episódios que se verificaram relatou o roubo de ferramentas da junta, de gasóleo e, na passada semana, foi roubada uma carrinha de caixa aberta à própria junta de freguesia. -----

--- Destacou pela positiva o facto de as bicicletas circularem na cidade dando os parabéns ao senhor Presidente por esta iniciativa. -----

--- Quanto à sinalização remota considera que está bonita e acha que foi uma aposta bem conseguida. Pensa que existe um bocadinho de margem para melhorar este processo pois na freguesia de Almoester há um monumento com a classificação de nacional e, em sua opinião, falta a indicação nessa sinalização remota da existência de um convento do século XIII, no concelho de Santarém. -----

--- Por último partilhou a informação de que, no passado dia seis de junho, a representante do Jardim de Infância de Almoester foi a Lisboa receber uma menção honrosa no âmbito do Plano Nacional de Leitura, mais concretamente, no concurso Elos de Leitura em Cartaz e que foi entregue pelo Ministro da Educação. -----

--- Seguidamente, o senhor **Paulo Tiago** elogiou o executivo municipal mais concretamente a senhora Vereadora Inês Barroso, pelo prémio conquistado de Município do Ano Portugal dois mil e dezasseis, com o projeto Reabilitar Troço a Troço. Recordou que este é um projeto que busca sensibilizar e envolver as populações na reabilitação dos terrenos confinantes com as linhas de água e reabilitar também assim as linhas de água. Salientou que é um projeto que conta com uma equipa multidisciplinar, que busca envolver várias entidades, não só a Agência Portuguesa do Ambiente, a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia, mas também os cidadãos e os proprietários dos terrenos em questão.

--- Dirigiu uma palavra de continuação do bom trabalho aos clubes e associações

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

desportivas do concelho de Santarém que conseguiram muitos títulos a nível regional e até nacional e também aos inúmeros atletas que neste momento integram as seleções regionais e nacionais, incluindo até sete atletas em nacionais nas mais diversas atividades como a natação, futsal, ginástica, basquete, considera que o esforço de quem pratica um desporto têm que ser valorizado especialmente estes atletas que o praticam neste grau de complexidade. -----

--- Depois, o senhor **Joaquim Neto** colocou novamente a questão das marcações horizontais das estradas, onde considera que se verificam situações que merecem de facto uma atenção especial, quer perto da cidade, quer na zona norte do concelho, realçando que por exemplo na Estrada Municipal quinhentos e seis praticamente já não se conhecem as marcas pelo que questionou se já existe previsão da execução dessas marcações uma vez que se está na altura ideal para que isso possa ser feito. -----

--- Solicitou um o ponto da situação quanto à previsão de início de obras nas barreiras, perguntando se já existe alguma data concreta para início das obras. -----

--- Referiu-se também ao problema recorrente, já há alguns anos, com a higiene e limpeza, seja com problemas a nível da recolha deficiente de resíduos, verificando-se casos de vários dias sem recolha, sejam problemas de lavagem dos contentores. Chamou a atenção para o facto de estas situações terem tendência a agravar-se no período de verão e a criar problemas efetivos às populações. -----

--- Por outro lado, salientou que, também a nível de corte de ervas e matagais é visível no concelho que o corte e a limpeza desses espaços públicos carece de intervenções mais céleres da parte do executivo municipal. -----

--- A seguir o senhor **Ramiro Matos** referiu-se à intervenção do senhor deputado Cássio Leitão acerca dos carros mal estacionados realçando que a Câmara tem responsabilidade na sinalização, a Polícia de Segurança Pública tem responsabilidade na fiscalização e todos os condutores têm responsabilidade cívica e legal de não estacionar mal os carros. Destacou que não existe deficiência de sinalização a proibir o estacionamento nos locais que foram mencionados e disponibilizou-se para, caso as forças políticas da Assembleia o pretendam fazer, apresentar ainda no decurso da presente sessão da assembleia, uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

moção para enviar à Polícia de Segurança Pública mostrando o desagrado deste órgão pela falta de fiscalização do trânsito e do estacionamento em Santarém. -----

--- Quanto à questão cívica, sugeriu que seja avaliada a possibilidade de se fazerem ações de formação em conjunto com a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária ou fazer alguma ação de sensibilização para as pessoas não estacionarem mal, no entanto disse concordar com o senhor deputado que a Polícia de Segurança Pública em Santarém faz fiscalização apenas onde existem parquímetros. Disse desconhecer se essa fiscalização é feita, com recurso a gratificados, paga pela empresa que tem a concessão do estacionamento. Defendeu que estas questões é que devem ser analisadas e, lançou o repto, para que se vote um texto para ser dirigido à Polícia de Segurança Pública. -----

--- Pronunciou-se também sobre as ervas que supostamente são cortadas depois de aparecerem nas redes sociais, afirmando não acreditar, que os técnicos da autarquia ou o próprio senhor Presidente estejam a ver as redes sociais para saber onde é que tem que ir cortar as ervas. Admite que efetivamente existe um problema de ervas no concelho e também está expectante para ouvir uma explicação por parte do executivo municipal, esperando que haja uma solução. -----

--- A propósito do crematório de Santarém e recordando que a Assembleia Municipal é o órgão político por excelência sendo o mais representativo da democracia porque tem os partidos todos, frisando que iria falar de política. -----

--- Afirmou que não se pronunciará sobre questões técnicas, porque não lhe compete falar acerca das mesmas e porque os pareceres que estão no processo o esclareceram bem. Destacou que a dúvida inicial do Partido Socialista eram as barreiras e viu um parecer do Laboratório Nacional de Engenharia Civil a dizer que esse problema não existia. -----

--- Aceita que é legítimo que se possa ter dúvidas técnicas mas as dúvidas técnicas não servem de fundamento para posições políticas quando os técnicos já as esclareceram. Em sua opinião, nas declarações de voto, quer do Partido Socialista quer da Coligação Democrática Unitária, comparam-se coisas que não são comparáveis realçando que, perdido o argumento das barreiras porque não havia problema nenhum fundamentou-se trazendo novos argumentos para a discussão como, por exemplo, não se votar um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

crematório porque não é uma casa mortuária. -----
--- Salientou que a ata da reunião de câmara diz que os vereadores da oposição “não colocam em causa a construção do crematório”. Afirmou que é claro que os vereadores da oposição quiseram colocar em causa a construção porque, é do conhecimento geral que Almeirim tem um projeto em andamento e a partir do momento em que em Santarém fosse chumbado ficava inviabilizado para sempre ou, pelo menos, durante um largo número de anos até que se justifique haver dois crematórios na região de Santarém. -----
--- Referiu que se diz também que o Partido Social Democrata já teve maioria e nessa altura não votou e não fez um crematório, criticando este argumento “de andar para trás” que é utilizado quando interessa. A este propósito recordou que, se seguir a mesma linha, também poderá questionar porque é que o Partido Socialista, durante largos anos no poder em Santarém, em maioria absoluta, não criou um novo cemitério uma vez que o cemitério dos Capuchos “já está a rebentar pelas costuras” há décadas e porque é que não ousou mais e não criou o crematório. -----
--- Concluiu defendendo que a questão essencial é que, não existindo razões técnicas só pode ver razões políticas para esta votação, e para que fique registado, questionou se que o Partido Socialista não colocou os interesses eleitorais do partido e de cumplicidade política com outros concelhos à frente dos interesses de Santarém. -----
--- Retomou a palavra o senhor **Cássio Leitão** clarificando em relação ao estacionamento que a mesma se prende com o princípio da legalidade, realçando que um carro está tão mal estacionado num lado e como no outro, no entanto, num é multado e noutro não é, esclarecendo que essa foi a questão central da sua intervenção. -----
--- Quanto às ervas e à rede social, disse não fazer a menor ideia se as ervas são cortadas quando aparecem naquela rede social ou não. -----
--- Depois, o senhor **José Luís Cabrita** considerou relativamente à questão do crematório que a posição da Coligação Democrática Unitária foi uma posição política, mas baseada nos pareceres técnicos. Disse desconhecer que documentação referida pelo senhor deputados Ramiro Matos em relação ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, salientando que o que encontrou foi, não um parecer técnico, mas um e-mail de um técnico

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

daquele Laboratório dizendo que não via inconveniente na construção do crematório no local em causa, existindo também um parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional que diz claramente que aquela é uma zona de risco.-----

--- Disse não colocar em causa a informação do senhor Vereador Luís Farinha de que esse parecer foi um lapso mas a verdade é que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, sendo um lapso, não modificou o seu lapso. Sublinhou que a Coligação Democrática Unitária defende a construção do crematório em Santarém, mas noutro lugar.

--- Retomou a palavra o senhor **Joaquim Neto** que salientou que qualquer decisão de um órgão político como a Câmara ou a Assembleia Municipal é sempre uma decisão política, baseada em pareceres técnicos ou não.-----

--- Considerou que a declaração de voto dos vereadores do Partido Socialista é clara quanto aos motivos que levaram à não aprovação da proposta de instalação do crematório em Santarém, naquele local, sublinhando que o que está em causa é o local. -----

--- Interveio novamente o senhor **Ramiro Matos** que disse ter compreendido a intervenção do senhor deputado Cássio Leitão, contudo chamou a atenção de que o problema não é fiscalização que é feita na zona dos parquímetros, é a falta de fiscalização fora dessas zonas. -----

--- Relativamente ao senhor deputado José Luís Cabrita, lamentou que se continue a batalhar numa questão que, no seu entender, do ponto de vista técnico não está colocada.

--- Reafirmou que leu declaração de voto do Partido Socialista acerca do crematório e também foi com base nela que fez a sua intervenção. -----

--- Quanto à possibilidade de ser feito noutro local, admitindo que sim, perguntou em que local, se a Câmara tem algum outro terreno ou se teria que gastar dinheiro em estudos para outro terreno, um terreno que, de acordo com o processo, deveria ter seis a sete hectares e teria que albergar o cemitério, o que acha que é quase consensual, portanto, o que está em causa é um projeto concretizável a curto prazo que serviria o objetivo a que se propõe. --

--- De seguida, o senhor **Presidente da Câmara** começou por esclarecer quanto à questão do autocarro de turismo junto ao W Shopping que terá a ver com a regeneração urbana e com projetos relacionados com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – PEDU

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

pelo que não será uma solução imediata. -----

--- Esclareceu que as passadeiras e as marcações nas vias serão tratadas através do contrato de conservação corrente que já foi adjudicado e já está consignado, tendo já sido dada uma série de trabalhos, pequenas reparações de estrada, marcações de passadeiras e eixos de via. Adiantou que a empresa terá um mês para iniciar esses trabalhos que serão entregues sucessivamente. Acrescentou que também estão incluídas pequenas intervenções em algumas estradas nas freguesias rurais. -----

--- Relativamente à questão do regulamento recordou que já respondeu nesta Assembleia sobre essa matéria e afirmou que irá marcar uma reunião com o departamento jurídico da autarquia, para a qual convidará o deputado Cássio Leitão, para troca impressões.-----

--- Quanto aos carros mal estacionados afirmou que nas reuniões que mantém com a Polícia de Segurança Pública tem abordado este assunto para além de outros que envolvem a segurança. Realçou igualmente que à autarquia compete a sinalização e a fiscalização está adstrita à Polícia de Segurança Pública. Salientou também que há outras matérias de segurança que também o preocupam e que tem reportado á Polícia de Segurança Pública e informou que por esse motivo solicitou uma reunião ao senhor Ministro da Administração Interna. Disse estar convicto que é preciso de um reforço de policiamento no concelho e, nomeadamente na cidade. Realçou que percebe as questões levantadas sublinhando que não se pode esquecer que a Autarquia não dá ordens à Polícia de Segurança Pública relativamente à gestão da sua atuação. Referiu ainda que no Conselho Municipal de Segurança as matérias de trânsito também são sempre discutidas.-----

--- Acerca da vegetação assumiu que nem sempre se consegue fazer tudo o que se pretende, no entanto, chamou a atenção para o facto de este ano se verificaram condições climatéricas completamente diferentes de outros anos, têm gerado dificuldades acrescidas.

--- Salientou que as juntas de freguesia têm contratado máquinas e tiveram que reforçar o pessoal e a Câmara também reforçou.-----

--- No que diz respeito ao corte de ervas em resultado de publicações nas redes sociais, disse tratar-se de coincidência pois a Autarquia tem uma calendarização dos trabalhos que são feitos com os próprios meios.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

--- Informou que na próxima semana vai iniciar serviço uma empresa para manutenção de alguns jardins. -----

--- Disse que se vai tentar fazer o reforço do pessoal mas provavelmente terá que se recorrer a uma empresa que possa fazer esse corte de ervas, contudo chamou a atenção para a dificuldade com que se deparou de também não haver muito esse tipo de empresas a funcionar.-----

--- Referiu ter havido um reforço de pessoal quer da junta de freguesia da cidade quer da Câmara, espera que com estas medidas se possa ter o corte de ervas mais controlado. ----

--- Confirmou que a reparação da sinalética já está efetuada. -----

--- Quanto aos elementos sobre a Escola Prática de Cavalaria disse que estava convencido de que a informação já havia sido reportada, na altura em que o foi aos vereadores da oposição, referindo que iria tomar providências para que os documentos sejam remetidos também ao senhor deputado do Mais Santarém.-----

--- Relativamente ao parque de apoio às autocaravanas informou que há três espaços identificados, no entanto ainda não se conseguiu tomar uma última decisão porque se está a acertar com a junta de freguesia e também com os moradores desses locais. Afirmou que não se pretende impor um espaço aos moradores.-----

--- No que se refere à criação do mediador cigano informou que a senhora Vereadora Susana Pita Soares tem feito reuniões sobre o assunto, está a ser feito um estudo comparativo para ver como funciona num outro município, tendo já falado com duas candidatas, uma das quais fez algumas sugestões e a senhora Vereadora está a acompanhar o assunto. -----

--- Quanto às medidas de segurança da Calçada do Monte disse que o Departamento de Gestão Territorial está a executar uma série de projetos e essas recomendações estão a ser vertidas nos mesmos, portanto não são medidas para implementar já, serão colocadas de futuro. -----

--- No que concerne à questão das candidaturas das lojas históricas a Câmara Municipal de Santarém não foi contactada e apesar de o senhor Vereador Luís Farinha já ter falado com alguns donos de lojas pelo que sabe não houve ninguém a demonstrar interesse. ----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

--- Relativamente à qualidade do ar garantiu que a autarquia faz esse controlo em alguns edifícios e tem feito também uma atividade mais global no âmbito do Pacto dos Autarcas para o concelho, no entanto disse que terá que fazer um ponto da situação para o qual não tem, no momento, os dados necessários.-----

--- Sobre a questão o Provedor do Município e das propostas que são aprovadas ou não na Assembleia Municipal de Santarém recordou que tal facto resulta da democracia. -----

--- Agradeceu as felicitações da senhora deputada Alecta pelo projeto In Santarém, confirmando que este é o segundo ano de um evento com uma dimensão cultural forte, que coloca Santarém em destaque. Salientou o reforço da simbologia uma vez que foi no momento exato do solstício que se deu início ao Verão In Santarém, projeto que tem conseguido de uma maneira muito clara transformar Santarém num grande palco onde brilham também com os homens e mulheres da cultura do concelho. -----

--- Disse estar consciente que muitas vezes quando se contratam artistas nacionais se é criticado porque se devia optar pelos de Santarém, e vice-versa. Considera que este evento é uma grande mostra cultural de todo o concelho pelo que endereçou os parabéns e o seu agradecimento a todos os homens e mulheres da cultura que, conjuntamente com a senhora vereadora e com o departamento cultural da Câmara, conseguem dar durante este verão estes espectáculos maravilhosos. -----

--- Sobre as questões das escolas, referiu que tal como já havia dito estavam identificadas três escolas para ampliar este ano, a Escola Básica Um de Almoester, a escola da Portela e a escola do Vale de Santarém, esclareceu que se esperava nesta altura ter já os projetos concluídos, mas tiveram que se fazer algumas pequenas alterações aos mesmos, na sequência de sugestões da DGESTE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. Espera-se começar a lançar o concurso o mais breve possível e estar em obra o mais depressa possível, mas chamou a atenção para o facto de que a autarquia não pode fazer a obra sem a DGESTE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares dar parecer, o que neste momento já se obteve. -----

--- Sobre as estradas esclareceu que algumas estão incluídas na conservação corrente para outras terão que se arranjar outros meios de o fazer, garantindo, no entanto, que a questão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

de Gouxerre está incluída na conservação corrente.-----

--- Quanto à recolha de lixo disse que a única situação pontual que lhe foi reportada foi uma na Ponte do Celeiro, pelo que desconhece outros problemas nesta área.-----

--- Relativamente às Águas de Santarém foi feita uma visita ao local, há algumas questões com a ligação que já foram reportadas ao empreiteiro.-----

--- A questão da Guarda Nacional Republicana, em sua opinião, colide com algumas outras matérias, nomeadamente sobre a segurança. Ressaltou que houve dois assaltos a juntas de freguesia o que o preocupa e afirmou que têm que ser tomadas medidas relativamente a este assunto.-----

--- No que se refere às bicicletas disse que espera que os apelos que se têm feito tenham dado resultado. Informou que se têm colocado as bicicletas verificando-se menos vandalismo nas mesmas e já se vê mais gente a andar de bicicleta, espera que este meio de transporte seja mais adotado.-----

--- Relativamente à questão da sinalização remota referiu que chegaram três ou quatro situações pontuais que podem ser reforçadas, nomeadamente a sugestão do Convento de Almoester.-----

--- Dirigiu os seus parabéns à escola e à freguesia pela menção honrosa atribuída ao jardim-de-infância de Almoester, corroborando as palavras do Presidente da Junta no sentido de que enche a todos de orgulho pelo conseguido.-----

--- Quanto ao prémio que ganhou no âmbito do projeto Reabilitar Troço a Troço afirmou que o que se passou agora mais recentemente na união de freguesias da Várzea e da Romeira, em sua opinião, realmente é espetacular o que se fez. Está convicto que, em face da sua qualidade, este projeto de reabilitar as linhas de água começará a ser replicado em muitos concelhos especialmente considerando as suas mais-valias do ponto de vista ambiental.-----

--- No que concerne aos resultados desportivos reforçou que estão todos de parabéns e é uma prova de que o apoio dado pelo Município ao desporto é fundamental, salientando que sem a dedicação dos clubes, dos sócios, dos pais, avós, os mesmos não seriam possíveis.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

--- No que se refere ao início das obras das barreiras informou que a empreitada foi adjudicada no final do mês de maio. Clarificou que está a decorrer a tramitação e que sobre essa adjudicação chegou uma pequena reclamação que está a ser analisada juridicamente. Depois de ultrapassada essa fase o contrato será submetido ao Tribunal de Contas, após obtenção do respetivo visto será feita a consignação.-----

--- Afirmou que devido à importância que esta obra tem para Santarém o seu início será devidamente assinalado e faz questão que estejam presentes representantes dos quatro Ministérios que assinaram acordo com o Município para que todos os partidos desta Assembleia possam agradecer, mas também para que possam em conjunto evidenciar a necessidade de que dali a um ano Santarém estará a precisar de mais dinheiro para concluir as restantes barreiras realçando a união que esta matéria justifica. -----

--- Sobre a questão dos resíduos deu conhecimento que há um procedimento para a recolha das nove freguesias do Norte do concelho mas, infelizmente, também houve uma reclamação. Os serviços jurídicos estão a tentar ultrapassar esta situação, esperava-se já ter esse procedimento a decorrer, deseja-se que seja solucionado o mais rapidamente possível para que esses trabalhos sejam assegurados. -----

--- Referiu também que têm sido feitas notificações aos proprietários de espaços privados, no âmbito da Ignição Zero, realçando que apesar de no que se refere às estradas tudo estar na amplitude do Município há muitas estradas que não são da responsabilidade da autarquia mas sim de outras entidades como as Infraestruturas de Portugal.-----

--- Reafirmou que a calendarização dos trabalhos dos serviços da autarquia poderá ser facultada. -----

--- Sobre a questão do crematório disse já ter feito todas as declarações que acha que deveria fazer, lamenta muito que não tenha sido aprovado pois, do ponto de vista financeiro, não seria oneroso para o município, seria importante para o concelho e iria fazer com que o atual cemitério durasse pelo menos mais duas décadas. Considerou ser uma oportunidade perdida e reafirmou que na visita ao local se pode perceber que a questão levantada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, em relação à inclinação, não se verifica, pelo que era um erro da carta, sublinhando que o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

técnico do Laboratório Nacional de Engenharia Civil é a pessoa que melhor conhece as barreiras.-----

--- A seguir o senhor **Cássio Leitão** referiu a propósito do regulamento de estacionamento tarifado que é uma situação antiga que foi objeto de muitas críticas que toda a oposição e que o senhor Presidente de Câmara acabou por lhes dar razão reconhecendo que o regulamento tem omissões, falhas técnicas e políticas.-----

--- Salientou que o regulamento, assim como o estacionamento tarifado, é responsabilidade do Partido Social Democrata, foi o Partido Social Democrata que escolheu fazer da maneira como fez. Disse agradecer o convite para uma reunião na Câmara com técnicos juristas, declarando que não está na Assembleia como jurista. Contudo, a Coligação Democrática Unitária irá a qualquer reunião para a qual seja convidada que seja de utilidade.-----

--- Por último, o senhor **Presidente da Câmara** clarificou que quando disse que convocava o senhor deputado Cássio Leitão enquanto jurista, foi na perspetiva de ser enquanto político com a formação técnica de jurista porque, provavelmente mais facilmente compreenderia os argumentos uma vez que alguns deles são do foro jurídico, que os técnicos da autarquia já analisaram.-----

--- Sublinhou que o regulamento não foi alterado em dezembro porque os técnicos asseguraram que não tinha que ser, sublinhando que irá pedir essa reunião, se possível com as outras forças partidárias, para dissipar qualquer dúvida.-----

--- Esgotado o Período de Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **PONTO UM – Apreciação Escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, desde a última sessão ordinária da Assembleia.**-----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Armando Rosa** que se reportou à reunião havida com as Infraestruturas de Portugal, questionando sobre o ponto de situação da requalificação da estrada nacional trezentos e sessenta e dois.-----

--- Solicitou esclarecimentos em relação à revisão do PDM e à Igreja de Santa Iria e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

Alporão. -----
--- Quis saber se existe alguma novidade relativamente ao Teatro Rosa Damasceno. -----
--- Sugeriu a aprovação de uma moção manifestando o desagrado desta Assembleia manifestando em relação à atuação da PSP no que concerne à fiscalização do estacionamento no centro histórico da cidade. -----
--- Depois, o senhor **José Luís Cabrita** começou por questionar se está em estudo a mudança do terminal da Rodoviária do Tejo para outro local. -----
--- Perguntou qual o motivo da reunião havida com os taxistas sobre a praça dos táxis. ---
--- Sublinhou as perguntas do anterior orador relativamente ao Teatro Rosa Damasceno e à requalificação da estrada nacional trezentos e sessenta e dois. -----
--- Quis saber qual o motivo da reunião com o senhor engenheiro Mira Amaral. -----
--- Salientou ter tido conhecimento de que as obras nas barreiras da estrada nacional cento e catorze já não vão ter início neste verão. -----
--- Questionou se já existe uma data prevista para a abertura da Loja do Cidadão. -----
--- Perguntou também se a auditoria das finanças já foi realizada e se já existe relatório sobre a mesma. -----
--- Questionou quais os trabalhos que estão a ser realizados com a Universidade Lusíada.
--- Referiu-se ao projeto HABIBAIRRO querendo saber que tipo de iniciativas estão previstas para este projeto. -----
--- Perguntou qual o motivo das vinte e cinco visitas a Vaqueiros. -----
--- Quis saber quais as matérias versadas no inquérito a turistas e quais as conclusões desse inquérito. -----
--- Prosseguiu referindo-se à situação financeira do Município, questionando a que se deve o aumento significativo das aplicações financeiras que passaram de dois milhões novecentos e cinquenta mil euros para três milhões duzentos e sessenta mil euros. -----
--- Concluiu, reportando-se ao relatório da Divisão Jurídica, salientando que nos processos em que foi proferida a sentença não vêm mencionado qual o tipo de sentença. Por outro lado, vem referido que foram interpostas ações pela Câmara que aguardam sentença, no entanto não é conhecida a data da sua entrada. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

--- A seguir, o senhor **Vítor Franco** teceu algumas considerações relativamente ao mediador cigano considerando haver alguma falta de empenhamento por parte do executivo neste processo. -----

--- Referiu-se ao estacionamento no centro histórico da cidade, salientando que a Câmara deveria tomar algumas medidas no sentido de disciplinar o estacionamento em algumas zonas da cidade, designadamente junto da Igreja da Misericórdia. -----

--- Solicitou que lhe seja enviado o Relatório de Avaliação da Conservação das Muralhas da Cidade de Santarém, recordando que o Plano Municipal de Emergência de primeira geração ainda não lhe foi enviado.-----

--- Considerou que o crematório é um investimento que deve ser encarado como um equipamento de partilha. -----

--- Solicitou esclarecimentos no tocante a uma reunião havida com os moradores da Rua Vasco da Gama acerca da construção de um centro fúnebre no Cerco de São Lázaro. -----

--- Seguidamente, o senhor **Marcelo Morgado**, Presidente da Junta de Freguesia de Moçarria, começou por convidar todos os presentes a participarem nos festejos anuais da sua freguesia, informando que o Centro de Cultura Recreio e Desporto Moçarriense celebrou os seus setenta e um anos. -----

--- Realçou o pedido do senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim para que o Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santarém se demita do cargo, recordando que aquando da sessão extraordinária temática desta Assembleia sobre o Hospital de Santarém, teve a oportunidade de solicitar ao senhor Presidente do Conselho de Administração do HDS a sua demissão.-----

--- A seguir o senhor **Presidente Câmara** informou que o projeto de requalificação da estrada nacional trezentos e sessenta e dois está em fase de conclusão, referindo que a intervenção prevê algumas correções do traçado, no entanto fica aquém daquilo que era pretendido. -----

--- Relativamente ao PDM referiu que tem havido várias reuniões sobre este assunto estando previsto fazer uma apresentação sobre esta matéria na sessão de setembro da Assembleia Municipal. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

--- Salientou que a reunião com a Direção Geral do Património Cultural teve a ver com a elaboração do projeto de recuperação da Igreja de Santa Iria e Alporão para candidatura a fundos comunitários. -----

--- No tocante ao Teatro Rosa Damasceno destacou que o Município perdeu a ação para a aquisição deste imóvel, tendo recorrido da sentença, sublinhando ser um assunto de difícil resolução.-----

--- Informou que a reunião com a Rodoviária do Tejo foi no sentido de encontrar um espaço para construção do terminal rodoviário. -----

--- Referiu que a reunião com os taxistas teve como objetivo ajustar algumas questões relacionadas com a Praça de Táxis.-----

--- Disse que a visita à oficina do Escultor Fernandes Marques foi para ver a estatua de São Paulo que já se encontra concluída e de modo a acertar a sua vinda para Santarém. --

--- Referiu que a reunião com o engenheiro Mira Amaral prendeu-se com a apresentação de uma empresa no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.-----

--- Informou que o início das obras na estrada nacional cento e catorze tem a ver com questões administrativas que tem os seus tramites legais que não podem ser ultrapassados.

--- Salientou que o relatório da Inspeção Geral de Finanças será tornado público após a sua conclusão. -----

--- Aludiu que o encontro com a Universidade Lusíada teve a ver com dois bolseiros que vão fazer alguns levantamentos na cidade no âmbito de um projeto relacionado com o centro histórico. -----

--- Afirmou que não quer avançar com nenhuma data para a abertura da Loja do Cidadão dado que esse assunto não depende apenas da Câmara. -----

--- Relativamente ao projeto Habibairro frisou que estão a ser dados os primeiros passos na implementação deste projeto. -----

--- Informou que as visitas a Vaqueiros se prenderam com a colocação de refugiados e o respetivo acompanhamento. -----

--- Realçou que o aumento das aplicações financeiras está relacionado com a rentabilização de fundos do município no curto prazo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

--- Esclareceu que o inquérito realizado no Posto de Turismo aos turistas foi no sentido de se saber de onde vem, o que pretendem visitar e o tempo que pretendem ficar. -----

--- No que concerne às ações judiciais disse que iria dar instruções para que o relatório ser melhorado. -----

--- No tocante ao mediador cigano, informou que tem havido contactos com a Associação de Mediadores de Portugal de modo a conhecer o que é feito noutros locais a fim de dar andamento ao assunto.-----

--- Em relação ao estacionamento recordou que o código de estrada não permite o estacionamento em cima dos passeios, salvo exceções, considerando que se trata de uma questão de civismo dos automobilistas. -----

--- Salientou que irá dar instruções aos serviços para remeterem o relatório sobre as muralhas e o plano de emergência. -----

--- Referiu que o processo relativo à construção de um centro fúnebre no Cerco de São Lázaro não irá avançar.-----

--- Concluiu, manifestando a sua preocupação relativamente à atuação do Hospital de Santarém, sublinhando que não é a primeira vez que o Presidente da Câmara Municipal de Almeirim pede a demissão do Presidente do Concelho de Administração do Hospital de Santarém.-----

--- Após alguma troca de impressões foi dado por concluída a apreciação deste Ponto que não carece de votação.-----

--- **PONTO DOIS – RELATÓRIO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM – EXERCÍCIO DE DOIS MIL E QUINZE”.**-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número vinte e dois/dois mil e dezasseis:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de treze de junho de dois mil e dezasseis, tomada por maioria com o voto contra do senhor Vereador da CDU, abstenções dos senhores vereadores do PS e votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores do PSD, e em cumprimento do número dois do artigo setenta e seis da Lei setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação das Contas Consolidadas do Município, que anexo”.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

--- Foi dada a palavra ao senhor **José Luís Cabrita** que referiu que a CDU fez apreciação negativa quer das contas do Município quer das contas das empresas municipais no executivo, pelo que não pode ter outra posição que não seja votar contra o relatório em apreço. -----

--- Acrescentou que a CDU não coloca em causa os números apresentados, contudo eles representam políticas com as quais estão em desacordo, considerando que se podia ter uma cidade e um concelho melhor, daí o voto contra da CDU. -----

--- Depois o senhor **Armando Rosa** considerou a sua intervenção declaração de voto, referindo que sendo este um documento técnico que consolida contas de três instituições e está aprovado pelo Revisor Oficial de Contas, não vê razão para votar de outra forma que não seja votar favoravelmente. -----

--- A seguir, o senhor **Vítor Franco** salientou que o Bloco de Esquerda iria votar contra porque é contra as empresas municipais. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Câmara** considerou que o presente relatório espelha o caminho que está a ser traçado, sublinhando que a dívida de curto prazo a fornecedores praticamente não existe. -----

--- Após o debate, no qual foram prestados esclarecimentos pelo senhor **Presidente da Câmara**, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Relatório Consolidado do Município de Santarém – Exercício de dois mil e quinze**, nos termos do número dois do artigo setenta e seis da Lei setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e um votos a favor, três votos contra e cinco abstenções. -----

--- **PONTO TRÊS – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM.** -----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número vinte e seis/dois mil e dezasseis: -----

--- “Em cumprimento da deliberação camarária de vinte e dois de junho de dois mil e dezasseis, tomada por maioria, com uma abstenção do senhor Vereador da CDU e oito votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores do PSD e PS, cabe-me, nos termos do disposto na alínea a) do número dois do artigo três do Decreto-Lei duzentos e nove/dois

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

mil e nove, de três de setembro, conjugado com a alínea o) do número um do artigo trinta e três, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, propor à Exm^a. Assembleia a aprovação da Proposta de Alteração do Mapa de Pessoal, que se anexa”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Alteração do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Santarém**, nos termos da alínea o) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, com vinte e oito votos a favor, zero votos contra e quatro abstenções.-----

--- **PONTO QUATRO – PROPOSTA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM.**-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número vinte e sete/dois mil e dezasseis:-----

--- “Em cumprimento da deliberação camarária de vinte e dois de junho de dois mil e dezasseis, tomada por unanimidade, tenho a honra de propor a essa Assembleia que, nos termos do artigo trinta e três da Lei número sete-A/dois mil e dezasseis, de trinta e um de março (Orçamento de Estado para dois mil e dezasseis), delibere conceder autorização para abertura do procedimento concursal destinado a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, com os fundamentos expostos na informação número cinquenta e nove, de dezassete de junho de dois mil e dezasseis, da Divisão de Recursos Humanos e Administração, que se anexa, bem como o recurso à reserva de recrutamento para admissão de sete Assistentes Operacionais (Cantoneiro de Limpeza)”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Recrutamento e Seleção de Pessoal do Município de Santarém**, nos termos do artigo trinta e três da Lei número sete-A/dois mil e dezasseis, de trinta e um de março (Orçamento de Estado para dois mil e dezasseis), tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

--- **PONTO CINCO – PROPOSTA DE ADITAMENTO AO ACORDO DE EXECUÇÃO E CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTARÉM (MARVILA), SANTA IRIA DA RIBEIRA DE SANTARÉM, SANTARÉM (SÃO SALVADOR) E SANTARÉM (SÃO NICOLAU).

--- Pela Câmara foi presente a proposta número vinte e três/dois mil e dezasseis: -----

--- “Em cumprimento da deliberação camarária tomada por unanimidade em treze de junho de dois mil e dezasseis, tenho a honra de propor a essa Assembleia, nos termos da alínea m) do número um do artigo trinta e três e da alínea k) do número um do artigo vinte e cinco, ambos do Anexo I à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro que delibere autorizar o Aditamento ao Acordo de execução e contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Santarém e a União das Freguesias de Santarém (Marvila), Santa Iria da Ribeira de Santarém, Santarém (São Salvador) e Santarém (São Nicolau), com os fundamentos expostos na documentação que se anexa”.

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Aditamento ao Acordo de execução e contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Santarém e a União das Freguesias de Santarém (Marvila), Santa Iria da Ribeira de Santarém, Santarém (São Salvador) e Santarém (São Nicolau)**, nos termos da alínea k) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.

--- PONTO SEIS – PROPOSTA DE ADITAMENTO AO ACORDO DE EXECUÇÃO E CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE SANTARÉM (EXCETO UF CIDADE).-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número vinte e quatro/dois mil e dezasseis: -----

--- “Em cumprimento da deliberação camarária tomada por unanimidade em treze de junho de dois mil e dezasseis, tenho a honra de propor a essa Assembleia, nos termos da alínea m) do número um do artigo trinta e três e da alínea k) do número um do artigo vinte e cinco, ambos do Anexo I à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro que delibere autorizar o Aditamento ao Acordo de execução e contrato interadministrativo de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

delegação de competências entre o Município de Santarém e as Freguesias do Concelho (exceto UF Cidade), com os fundamentos expostos na documentação que se anexa”. ----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Aditamento ao Acordo de execução e contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Santarém e as Freguesias do Concelho (exceto UF Cidade)**, nos termos da alínea k) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

--- **PONTO SETE – PROPOSTA DE HASTA PÚBLICA PARA CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE BEM DO DOMÍNIO PÚBLICO – CAFETARIA DOIS E ESPLANADA ADJACENTE SITAS NO JARDIM DA LIBERDADE**.-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número vinte/dois mil e dezasseis: -----

--- “Em cumprimento da deliberação camarária tomada por unanimidade em treze de junho de dois mil e dezasseis, tenho a honra de propor a essa Assembleia, que, nos termos da alínea p) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, delibere autorizar a Câmara a celebrar o “**Contrato de Concessão de Uso Privativo de Bem do Domínio Público – Cafeteria Dois e Esplanada Adjacente, sitas no Jardim da Liberdade**” e fixar as respetivas condições gerais, em conformidade com o projeto de caderno de encargos que se anexa”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Escolha do Procedimento de Hasta Pública para Contrato de Concessão de Uso Privativo de Bem do Domínio Público – Cafeteria Dois e Esplanada Adjacente sitas no Jardim da Liberdade**, nos termos da alínea p) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, com vinte e oito votos a favor, zero votos contra e quatro abstenções.-----

--- **PONTO OITO – PROPOSTA DE HASTA PÚBLICA PARA CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE BEM DO DOMÍNIO PÚBLICO –**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

RESTAURANTE E ESPLANADA ADJACENTE SITAS NO JARDIM DA LIBERDADE. -----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número vinte e um/dois mil e dezasseis:-----

--- “Em cumprimento da deliberação camarária tomada por unanimidade em treze de junho de dois mil e dezasseis, tenho a honra de propor a essa Assembleia, que, nos termos da alínea p) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, delibere autorizar a Câmara a celebrar o “**Contrato de Concessão de Uso Privativo de Bem do Domínio Público – Restaurante e Esplanada Adjacente, sitas no Jardim da Liberdade**” e fixar as respectivas condições gerais, em conformidade com o projeto de caderno de encargos que se anexa”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Escolha do Procedimento de Hasta Pública para Contrato de Concessão de Uso Privativo de Bem do Domínio Público – Restaurante e Esplanada Adjacente, sitas no Jardim da Liberdade**, nos termos da alínea p) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, com vinte e oito votos a favor, zero votos contra e quatro abstenções. -----

--- PONTO NOVE – PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – CNEMA – CENTRO NACIONAL DE EXPOSIÇÕES E MERCADOS AGRÍCOLAS, SA. -----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número vinte e cinco/dois mil e dezasseis: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de treze de junho de dois mil e dezasseis, tenho a honra de propor a aprovação pela Exma. Assembleia da proposta em epígrafe, nos termos do disposto da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Declaração de Interesse Municipal – CNEMA – Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, SA**, nos termos da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

--- PONTO DEZ – NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM NA COMISSÃO CONSULTIVA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** informou que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo apresentou um ofício solicitando a indicação de um representante da Assembleia Municipal de Santarém na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Santarém, tendo sido indicado o nome do senhor Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto.-----

--- Seguidamente, o plenário **deliberou por unanimidade nomear o senhor Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto** para a referida Comissão de Acompanhamento.-----

--- PONTO ONZE – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO.-----

--- Pelo senhor **Vítor Franco** foi apresentada a seguinte Moção “Pela Valorização das Freguesias: -----

--- “Foi há cem anos que as paróquias civis passaram a ter a denominação oficial de freguesias. Com a Lei número seiscentos e vinte e um de vinte e três de junho de mil novecentos e dezasseis, passou a designar-se por "Junta da Freguesia" o corpo administrativo até então designado Junta de Paróquia. -----

--- A Constituição da República aprovada em dois de abril de mil novecentos e setenta e seis estabeleceu no seu artigo duzentos e trinta e sete e seguintes que a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais, como as freguesias. Estas têm sido um espaço fundamental de identidade e coesão territorial, de representação política e de debate democrático. -----

Mas, apesar de desempenharem funções cada vez mais relevantes no apoio às populações, as freguesias não têm tido o adequado reforço dos meios financeiros face às competências legais. As transferências do Orçamento do Estado para o conjunto das freguesias, através do Fundo de Financiamento das Freguesias, têm sido claramente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

insuficientes. Se em dois mil e dez atingiram o montante global de duzentos e onze milhões de euros, nos anos seguintes baixaram para cento e oitenta e quatro milhões de euros, o que corresponde a zero vírgula treze por cento do orçamento do Estado. -----

--- Tendo em conta o papel fundamental das freguesias, a Assembleia Municipal de Santarém reunida em vinte e nove de junho de dois mil e dezasseis, decide: -----

--- Um – Congratular-se com a iniciativa da Assembleia da República, a que se associou também a ANAFRE, de comemoração dos cem anos da Lei número seiscentos e vinte e um de vinte e três de junho de mil novecentos e dezasseis;-----

--- Dois – Manifestar a vontade de que sejam reforçados os meios financeiros das freguesias;-----

--- Três – Manifestar ao governo para que este melhore o diálogo com as Juntas e Assembleias de Freguesia, assim como com as populações locais, no sentido da decisão da restauração de freguesias ou da alteração dos seus limites territoriais, onde a vontade popular assim o determinar.”-----

--- O senhor **José Luís Cabrita** referiu que a CDU concorda com a moção apresentada, sobretudo no que diz respeito à reposição das freguesias, realçando que o PCP, na Assembleia da República, apresentou um projeto de lei que visa corrigir algumas situações em relação à extinção das freguesias. -----

--- Depois, o senhor **Joaquim Neto** salientou que o PS iria votar favoravelmente a moção em apreço porque concorda com o seu teor. -----

--- A seguir, o senhor **Ramiro Matos** destacou que a bancada do PSD é a favor da valorização das freguesias, todavia não concorda com a parte final do ponto três da Moção. Salientou que caso o proponente aceite retirar o texto a seguir a “freguesia”, no referido ponto três, a sua bancada está disponível para votar favoravelmente esta moção.-----

--- De seguida, o senhor **Armando Rosa** referiu que iria votar a favor da presente moção.

--- Seguidamente, o senhor Vítor Franco salientou que iria manter o texto da moção porque, em seu entender, a alteração sugerida iria desvirtuar o objetivo da mesma. -----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a Moção em epígrafe a votação, tendo sido **rejeitada por maioria**, com vinte votos contra,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

quinze votos a favor e zero abstenções.-----

--- De seguida, o senhor **Vítor Franco** apresentou a seguinte Moção “Pela Valorização da Escola Pública: -----

--- No Quadragésimo segundo aniversário da Constituição, o país celebra a democracia e, entre as suas conquistas, a Escola Pública. Quatro décadas depois, reafirmamos que o investimento numa escola pública de qualidade é a única forma de a manter como instrumento de igualdade.-----

--- Sem a Escola Pública da democracia, a segregação social começava cedo na vida daqueles que não tinham possibilidade de frequentar os liceus e colégios reservados para a elite. Desta forma, o regime assegurava-se de que todos saberiam sempre o seu lugar na sociedade: o filho de rico destinado à riqueza e o filho de pobre condenado à miséria. ---

--- Durante décadas, a ausência de um sistema de ensino público, gratuito e universal foi sinónimo de atraso e de iniquidade de uma ditadura que tinha "as suas razões" para considerar a Educação do povo um perigo.-----

--- Com o fim da ditadura em mil novecentos e setenta e quatro uma das prioridades da Revolução dos Cravos só poderia ser garantir o acesso do povo à Educação, mas a Constituição foi ainda mais longe. Reconhecido o direito de todas e todos à educação, em condições de igualdade, o artigo setenta e cinco da Constituição obrigou o Estado a criar uma “rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população”.-----

--- Durante décadas o país investiu os seus impostos na escola que é todos, e todos sem exceção tiveram direito a ela. A Escola Pública foi capaz de um dos maiores feitos da democracia: em quarenta anos a taxa de escolarização no terceiro ciclo do ensino básico disparou de vinte e três vírgula oito por cento para oitenta e seis vírgula cinco por cento e no secundário de quatro vírgula nove por cento para setenta e quatro vírgula três por cento. Além de educar a geração filha do vinte e cinco de abril, a Escola Pública transformou-se num poderoso instrumento de igualdade e desenvolvimento.-----

Onde não foi capaz de chegar rapidamente com a construção de escolas o Estado contratualizou com dinheiro público a frequência de colégios privados através de contratos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

de associação. Com o tempo muitos destes contratos tornaram-se desnecessários, mas sucessivos Governos mantiveram as transferências como rendas públicas a menos de uma centena de negócios privados.-----

--- Enquanto o Estado pagava a colégios privados várias Escolas Públicas localizadas nessas zonas de implantação foram sofrendo com o esvaziamento e o desinvestimento.--

--- Durante os últimos anos de austeridade cortaram-se mais de mil e trezentos milhões de euros na educação pública, fecharam-se escolas, despediram-se professores, reduziram-se recursos, apesar de se manterem as rendas aos privados. Esse caminho tem de ser travado e invertido. -----

--- Assim, a Assembleia de Santarém, reunida em vinte e nove de junho de junho de dois mil e dezasseis, delibera:-----

--- Saudar a decisão do governo de fazer cumprir a lei ao impedir as redundâncias nos contratos de associação, travando o desperdício com rendas aos colégios privados;-----

--- Saudar a manifestação de dezoito de junho, em defesa da escola pública, que teve a presença de oitenta mil pessoas; -----

--- Exortar o governo aumentar o investimento na escola pública.”-----

--- O senhor **Armando Rosa** destacou que o Mais Santarém concorda com o conteúdo da moção, no entanto, em sua opinião, trata-se de um assunto de âmbito nacional pelo que se iria abster na votação deste assunto.-----

--- Seguidamente, o senhor **Marcelo Morgado**, Presidente da Junta de Freguesia de Moçarria, salientou que iria votar contra esta moção, considerando que deve haver algum cuidado com a apresentação de moções desta natureza, recordando que o concelho de Santarém, dispõe de uma escola privada, em Tremês que presta um excelente serviço à população.-----

--- Depois, o senhor **Ramiro Matos** disse que o PSD discorda do teor da moção em apreço, em primeiro lugar porque se trata de uma matéria de âmbito nacional. Em segundo lugar, não concebe uma moção que por um lado vangloria o cumprimento da lei e por outro lado exorta manifestações.-----

--- Realçou ser a favor de uma escola pública melhor, contudo, em seu entender, esta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

Moção pode colocar em causa escolas como a de Tremês que presta um ensino de qualidade, que não faz concorrência à escola pública, pelo que a bancada do PSD iria votar contra esta moção.-----

--- A seguir, o senhor **Joaquim Neto** referiu que o PS concorda no essencial com o teor da moção, com exceção da referência à manifestação. -----

--- Referiu que a escola de Tremês não está colocada em causa pela medida tomada pelo Governo, considerando que este assunto deve ser analisado com algum cuidado.-----

--- De seguida, o senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, destacou a qualidade do ensino prestado pelo Colégio Infante Santo, em Tremês. -----

--- Depois a senhora **Maria Emília Santos**, em representação do Presidente da União de Freguesias de Azoia de Cima e Tremês, considerou que é importante a valorização da escola pública, todavia não se pode escamotear o trabalho desenvolvido pela escola privada que consegue apresentar excelentes resultados ao nível do ensino, dando o exemplo da escola privada em Tremês. -----

--- De seguida, o senhor **Vítor Franco** esclareceu que aquilo que está em causa é o negócio do ensino privado que o Bloco de Esquerda está contra, referindo que a escola privada de Tremês não é visada por esta moção. Salientou que mantém a moção retirando a referência à manifestação. -----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a Moção em epígrafe a votação, tendo sido **rejeitada por maioria**, com vinte e um votos contra, onze votos a favor e três abstenções. -----

--- Depois, o senhor **Vítor Franco** apresentou a seguinte Recomendação sobre “Adaptação de espaços de recreio e jogo e das suas condições de segurança, equipamento e superfícies de impacto a crianças portadoras de deficiência”: -----

--- “Em setembro de mil novecentos e noventa Portugal ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança, adoptada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em novembro de mil novecentos e oitenta e nove. -----

--- De acordo com a Convenção uma criança é "todo o ser humano menor de dezoito anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo". -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

--- A todas as crianças é reconhecido o direito ao repouso, aos tempos livres e a participar em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade, devendo os Estados respeitar e promover estes direitos bem como o acesso em condições de igualdade (Artigo trinay e um) -----.

--- Às crianças portadoras de deficiência é assegurado o direito a uma vida plena e decente em condições que garantam a sua dignidade, favoreçam a sua autonomia e facilitem a sua participação ativa na vida da comunidade. -----

--- Uma parte essencial do desenvolvimento da criança passa pelo direito a brincar, como a própria Convenção reconhece. Para que tal direito se possa concretizar o Estado deve promover condições que permitam a efetivação desse direito, seja em parques infantis, jardins, parques recreativos ou outras infraestruturas de apoio à infância.-----

--- Sendo certo que muito se tem progredido no que concerne à disponibilização de parques infantis com condições adequadas para as crianças e que garantam a sua segurança, há ainda muito a fazer para assegurar a existência de parques infantis que permitam que todas as crianças possam lá brincar.-----

--- De facto, são ainda poucos os parques infantis inclusivos permitindo a sua utilização por crianças portadoras de deficiência o que conduz a uma evidente discriminação: a estas crianças é-lhes coartado o direito a brincar nos parques infantis, condenando-as a ver outras crianças brincar. -----

--- É necessário encarar esta realidade de frente e fazer o caminho que é premente de garantir, desde a infância, a inclusão de todas as crianças.-----

--- A Câmara Municipal de Santarém tem aqui um papel essencial, quer pela sua ação própria quer no diálogo inerente com as Juntas de Freguesia, para garantir que a existência de parques infantis acessíveis é um passo fundamental no longo caminho da inclusão que tem que ser feito. -----

--- Acresce que, em dezassete de setembro de dois mil e quinze, foi publicado um novo Regulamento que "estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto". -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

--- Como determina o seu artigo número três que este "Regulamento aplica-se a todos e quaisquer espaços de jogo e recreio, incluindo os existentes, ou os que se encontrem em fase de projeto ou de aprovação, à data da sua publicação". -----

--- Acresce ainda que o artigo número seis refere que "os espaços de jogo e recreio devem observar condições de: acessibilidade a todos os utilizadores, designadamente aqueles que apresentem uma mobilidade condicionada; facilidade de intervenção dos meios de socorro e salvamento; estar inseridos na rede de percursos pedonais da respetiva área urbanizada, devendo os seus acessos estar bem sinalizados e equipados, designadamente com passagens de peões e iluminação artificial; os acessos aos espaços de jogo e recreio devem ser afastados das zonas de circulação e estacionamento de veículos e, designadamente, daquelas com trânsito mais intenso e rápido; ter soluções de pormenor que evitem o acesso intempestivo das crianças e jovens às zonas de circulação e estacionamento de veículos; no acesso aos espaços de jogo e recreio, a partir dos edifícios circundantes, deve evitar-se os atravessamentos de vias para veículos, aceitando-se apenas atravessamentos de vias de acesso local" ... -----

--- Assim, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida em vinte e nove de Junho de dois mil e dezasseis, recomenda à Câmara Municipal: -----

--- A avaliação das condições de funcionamento, acessibilidade e manutenção dos equipamentos dos parques infantis que se encontram sob responsabilidade desta Câmara Municipal e o cumprimento do estabelecido pelo Decreto-Lei número duzentos e três/dois mil e quinze, de dezassete de setembro que aprovou o novo regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto; Que, para esse efeito, a Câmara estabeleça o necessário diálogo com as Juntas de Freguesia; -----

--- Exortar a Câmara Municipal a proceder a uma calendarização tendo em vista a adaptação dos parques infantis e espaços de jogo e recreio e respetivas zonas circundantes a crianças portadoras de deficiência." -----

--- O senhor **Ramiro Matos** considerou estar-se perante uma recomendação que tem como

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

objetivo que se cumpra a lei, o que, em seu entender, não faz sentido, sugerindo que o executivo se pronuncie sobre esta matéria. -----

--- A seguir o senhor **Joaquim Neto** sublinhou o que foi dito pelo anterior orador. -----

--- Depois, o senhor **José Luís Cabrita** considerou que não se trata de dar apenas cumprimento à lei, é necessário haver a preocupação de fazer a manutenção destes equipamentos que são utilizados por crianças com regularidade. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que a Câmara tem uma equipa que faz a manutenção destes espaços com regularidade, contudo estes espaços de jogo e recreio são objeto de atos de vandalismo por parte de adultos. Acrescentou que estes equipamentos também são fiscalizados pela ASAE. -----

--- Após alguma troca de impressões o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Recomendação em epígrafe, tendo sido **rejeitada por maioria**, com vinte e dois votos contra, dois votos a favor e dez abstenções. -----

--- Seguidamente o senhor **Armando Rosa** apresentou a seguinte Recomendação: -----

--- No período compreendido entre vinte e dois de junho a trinta e um de julho de dois mil e quinze, o Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Santarém (PDEPC de Santarém), cujo objetivo é o de "fazer face à generalidade das situações de acidente grave ou catástrofes que se possam desenvolver no âmbito territorial e administrativo do distrito de Santarém", esteve em fase de consulta pública. -----

--- Nesse documento (PDEPC de Santarém) são consagradas as situações em que o mesmo poderá ser ativado e as responsabilidades que são cometidas às Câmaras Municipais / Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC), Juntas de Freguesia e Corpos de Bombeiros. -----

--- Também a Lei de Bases da Proteção Civil número sete do artigo cinquenta) e da Lei número sessenta e cinco/dois mil e sete (número um do artigo cinco), refere que a responsabilidade de elaboração do Plano Municipal de Emergência é da Câmara Municipal, através do Serviço Municipal de Proteção Civil. Mais precisamente à Comissão Municipal de Proteção (número dois do artigo quarenta concatenado com o número dois do artigo trinta e oito da Lei de Bases da Proteção Civil e número três do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

artigo três da Lei número sessenta e cinco/dois mil e sete).-----

Assim, compete à Comissão de Santarém, conforme plasmado no artigo catorze do Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil do Município de Santarém Regulamento número quinhentos e dois/dois mil e onze, acionar elaboração do(s) competente(s) PME, elaborados de acordo com a Diretiva relativa aos critérios e normas técnicas constantes da Resolução número vinte e cinco/dois mil e oito. Estes constituem-se como documentos formais onde se define o modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil a nível municipal e classificam-se de acordo com dois critérios. -----

--- Têm por finalidade: -----

--- a) Geral - para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem em cada âmbito territorial e administrativo. -----

--- b) Especiais - quando ocorrem acidentes graves e catástrofes específicas, cuja natureza requeira uma metodologia técnica e ou científica adequada. -----

--- E estabelecem: a tipificação dos riscos; as medidas de prevenção a adotar; a identificação dos meios e recursos mobilizáveis; os critérios de mobilização e mecanismos de coordenação dos meios e recursos, públicos ou privados, utilizáveis; a estrutura operacional que tem de garantir a unidade de direção e o controlo permanente da situação e a definição das responsabilidades que incumbem aos organismos, serviços e estruturas, públicas ou privadas, com competências no domínio da proteção civil. -----

--- Também se recorda que na Assembleia Municipal de trinta de junho de dois mil e quinze, o Mais Santarém, através do seu deputado municipal eleito, questionou o senhor. Presidente da Câmara sobre a existência de Plano Municipal de Emergência relacionado com o Centro Histórico da cidade, tendo obtido como resposta que o mesmo estaria em elaboração. -----

--- Pelo exposto e tendo em conta que o Presidente da Câmara Municipal é o responsável municipal pela política de proteção civil e autoridade municipal de proteção civil, a Assembleia Municipal, reunida a vinte e nove de junho de dois mil e dezasseis, recomenda que o executivo elabore e faça publicar, no mais curto espaço de tempo possível, o Plano

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

Municipal de Emergência em todas as suas vertentes (geral e especiais aplicáveis), como é exigido por todos os documentos e leis atrás mencionados.” -----

--- O senhor **José Luís Cabrita** perguntou se o Município dispões de Plano Municipal de Emergência. -----

--- De seguida, o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que o Município dispõe de Plano Municipal de Emergência. No entanto por força de nova legislação a Câmara está a proceder à adaptação do referido plano à nova legislação. -----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Armando Rosa** referiu que em face das explicações dadas pelo senhor Presidente da Câmara iria retirar a recomendação da discussão, ficando a aguardar pelo novo Plano Municipal de Emergência. -----

--- Seguidamente, o senhor **Vítor Franco** apresentou a seguinte Recomendação sobre “Melhorar a Visibilidade do site da Assembleia Municipal”: -----

--- O site da Assembleia Municipal foi criado no sentido de, entre outros objetivos, melhorar a comunicação entre este órgão e os eleitores. -----

--- A sua criação foi um passo positivo nesse sentido. -----

--- No entanto, a sua visibilidade pode ser melhorada para ser do conhecimento fácil e rápido das pessoas que consultam o sítio eletrónico oficial do município. -----

--- Verifica-se que hiperligação do site apenas se encontra visível no fim da "janela" de atas da Assembleia Municipal, conforme imagem em anexo, após ser necessário abrir sucessivamente Autarquia / Assembleia Municipal / Atas Assembleia Municipal. Nem sequer na "janela" de ligações úteis aparece, tal como também é visível em outra imagem anexa. -----

--- A ligação natural da Assembleia Municipal deve residir em logotipo próprio na página de início do sítio do município tal como quase vinte outros logotipos; é de fácil visibilidade e existe largo espaço para ser introduzido. -----

--- Assim, a Assembleia Municipal de Santarém reunida em vinte e nove de junho de dois mil e dezasseis, decide recomendar à Câmara Municipal a inclusão da ligação/logotipo na página de início do sítio do município.” -----

--- Após alguma troca de impressões, a senhora **Vereadora Inês Barroso** prestou alguns

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

esclarecimentos em relação ao funcionamento do portal da Assembleia, referindo que já se encontra disponível no site da Câmara um link que permite aceder ao site da Assembleia. -----

--- A seguir o senhor **Vítor Franco** referiu que o link foi colocado depois da recomendação ter sido enviada pelo que a apresentação da mesma conseguiu os seus objetivos, solicitando a retirada da referida moção. -----

--- A seguir, foi apresentado, pela bancada do PSD o seguinte Voto de Pesar: -----

--- “Alexandrina Maria Tomaz Batista, que todos conheciam pela Xana Batista, nasceu em doze de maio de mil novecentos e cinquenta e oito, viveu a maior parte da sua vida na Freguesia de Marvila de Santarém, onde faleceu em maio de dois mil e dezasseis. -----

--- De todos nós, e da cidade conhecida pela generosa “Xana”, sempre pronta a colaborar em causas do Associativismo sociocultural, e em iniciativas de carácter educativo e humanitário. -----

--- Frequentou a Escola Primária do Pereiro e o Liceu Nacional Sá da Bandeira, onde para além de aluna, integrou os grupos de dinamização desportiva (Andebol) e cultural (Teatro, Viola e Canto). -----

--- É disso bom e inesquecível exemplo a sua dedicação e empenhamento em ações realizadas no Lar de Santo António e Fundação Luísa Andaluz, além de várias outras instituições de solidariedade social, na cidade e no concelho. -----

--- Depois de se ter formado como atriz, no Centro Dramático de Évora, passou pelas companhias do Teatro “O Semeador” de Portalegre; Teatro do Ribatejo (Santarém/Chamusca); Centro Dramático Bernardo Santareno, do qual foi cofundadora, Cena Aberta Companhia Teatral de Santarém, de que foi fundadora e principal dinamizadora, e onde desempenhou vários cargos de interpretação, dramaturgia, cenografia e encenação. -----

--- Enquanto Dinamizadora Cultural, integrou a equipa que realizou o diagnóstico cultural da região de Santarém, numa cooperação entre Centro Cultural e Regional de Santarém e a Câmara Municipal de Santarém. -----

--- A sua tendência para o Associativismo como prática de cidadania, sempre a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

acompanhou desde que veio viver para Santarém, onde formou 2 Associações intervenientes no Teatro e em campos de férias: a Cena Aberta - Companhia Teatral de Santarém, e a Associação Juvenil Terras do Tejo, responsável por inúmeras intervenções nos estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico, nas áreas de Pediatria, do Hospital de Santa Maria e do Hospital de Santarém. -----

--- Também se dedicou à organização regional e nacional das Coletividades de Cultura e Recreio, como é o caso da FAJUDIS (Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém), onde teve a seu cargo diversas funções nos órgãos sociais. -----

--- O seu amor pela rádio e pelo jornalismo levou à colaboração com várias rádios locais onde realizou programas de música brasileira; emissões da manhã; e emissões de animação de eventos. Enquanto jornalista foi correspondente em Santarém do Jornal Público e das Rádios Iris FM (Samora Correia) e Marinhas (Salvaterra de Magos), Rádio “O Ribatejo” (Santarém), Rádio Corridinho (Lagoa-Algarve) e Rádio Pernes. -----

--- Foi ainda animadora do som ambiente de diversos de diversos eventos, nomeadamente a FATACIL (Lagoa-Algarve), Feira Nacional da Agricultura e Festival Nacional de Gastronomia. -----

--- É consenso geral que Santarém perdeu alguém com valor, e que gostava da cidade e das suas gentes. Sente-se a sua falta! -----

--- Assim, a Assembleia Municipal de Santarém reunida em sessão ordinária em vinte e nove de junho de dois mil e dezasseis, delibera aprovar um voto de profundo pesar pelo falecimento de Alexandrina Maria Tomaz Batista, apresentando á sua família enlutada, as suas mais respeitosas e sentidas condolências.” -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação o voto de pesar acima transcrito, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação, em minuta, as deliberações tomadas na presente sessão, a fim de produzirem efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 19/2013-2017
Sessão de 29 de junho de 2016

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto, nos termos da Lei e do Regimento, o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, o qual não se concretizou dada a ausência de intervenientes. -----

--- Eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia. -----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

----- **O PRESIDENTE** -----